

CARTA ABERTA

Nós, comunidades tradicionais de Fundo de Pasto do Sertão do São Francisco (Bahia), guardiãs da Caatinga, e as entidades de apoio que a esta subscrevem, nos manifestamos publicamente diante das graves ameaças representadas pelos empreendimentos de instalação de LINHAS DE TRANSMISSÃO de energia elétrica em nossos territórios.

Denunciamos que o avanço desses projetos vem ocorrendo sem respeito aos nossos direitos constitucionais¹, territoriais e ambientais, especialmente ao direito à consulta prévia, livre, informada e efetiva, garantido pela Convenção nº 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), da qual o Brasil é signatário. As empresas responsáveis têm agido de forma unilateral e desrespeitosa, impondo seus planos sem diálogo verdadeiro, praticando assédio, pressão e desinformação sobre as comunidades, tentando nos dividir e enfraquecer nossas formas próprias de organização e decisão coletiva. Da mesma forma, os órgãos do Estado, que têm o dever de garantir os direitos das comunidades, têm se omitido.

Nosso território é mais do que chão: é modo de vida, cultura e ancestralidade. Aqui, as comunidades tradicionais de Fundo de Pasto têm mantido a Caatinga viva, manejando-a com sabedoria há gerações. Somos nós que mantemos de pé o bioma mais ameaçado do país, aquele que só existe no Brasil e que, mesmo no semiárido, abriga uma biodiversidade única, com centenas de espécies endêmicas e ecossistemas frágeis e interdependentes.

Os territórios tradicionais representam fonte de água, alimento, medicina, saber e resistência. São também nossa casa, nosso sustento e nossa fé. Mas estão sendo ameaçados pela ganância de grandes empreendimentos que, em nome de uma falsa transição energética, impõem novas formas de expropriação e destruição, tratando nossos territórios como vazios e descartáveis.

Os impactos ambientais da implantação dessas linhas de transmissão são profundos e irreversíveis: desmatamento da vegetação nativa, fragmentação de ecossistemas, mortandade de fauna, riscos às áreas de uso comum e às rotas tradicionais de criação e extrativismo. Tudo isso agrava o processo de desertificação e ameaça a sustentabilidade de um bioma que já perdeu metade de sua cobertura original, podendo-se citar também os impactos à saúde das pessoas.

Reafirmamos que não somos contra a energia, mas contra o modelo de energia que destrói para gerar lucro. Queremos uma matriz energética com justiça social e ambiental, construída com diálogo, respeito e participação real

¹ Constituição Federal: Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver; (...)

das comunidades. Esses projetos não podem significar expulsão, degradação e perda de modos de vida.

Diante disso, exigimos a suspensão imediata de qualquer obra ou autorização relacionada à implantação de linhas de transmissão que afete nossos territórios, até que seja realizada a Consulta Prévia, Livre, Informada e Efetiva, conforme a Convenção nº 169 da OIT, bem como o reconhecimento e a regularização dos territórios tradicionais de Fundo de Pasto, como condição fundamental para a proteção do bioma e dos direitos coletivos.

Além disso, é imprescindível a responsabilização das empresas e órgãos públicos que têm violado direitos e promovido assédio às comunidades, e a garantia de que as políticas de energia e infraestrutura considerem a justiça climática, a proteção da Caatinga e o protagonismo dos povos do semiárido.

Seguiremos firmes, com os pés na terra e o olhar no horizonte, defendendo o direito de viver, criar e existir em nossos territórios tradicionais.

Juazeiro/BA, 27 de outubro de 2025.

Assinam:

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Lagoa do Meio, Juazeiro

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Lagoa do Jacaré, Juazeiro

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Água Branca, Juazeiro

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Caiçara, Juazeiro

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Faz. Juá, Juazeiro

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Oliveira, Juazeiro

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Canoa, Juazeiro

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Lagoinha, Juazeiro

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Saquinho dos Bispos, Juazeiro

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Caldeirão do Tibério, Juazeiro

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto Esfomeado, Curaçá

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto Vargem Comprida, Curaçá

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Canabrinha, Curaçá

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Frade, Curaçá

Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Mucambo, Curaçá
Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Caldeirão do Sal, Remanso
Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Alto Vermelho, Abaré
Comunidade tradicional de Fundo de Pasto, Lagoa do Capim, Abaré
Comunidade Sangradouro, Sobradinho

Entidades de apoio:

Associação dos Advogados e Advogadas dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Bahia - AATR

Articulação de Fundo de Pasto, CUC

Coletivo de jovens CUC

Comissão municipal de Fundo de Pasto, Juazeiro

Comitê de Associações Comunitárias Agropecuárias de Massaroca (CAAM)

Cooperativa Agropecuária Familiar de Massaroca e Região - COOFAMA

Escola Família Agrícola - EFAS Sobradinho

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Instituto Popular Memorial de Canudos - IPMC

Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA

Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM

Observatório Popular da Mineração e Energia Eólica – UNEB.

Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais - SASOP